



Uma luta histórica, um contexto atual: A proposta pedagógica do MST

Por DOUGLAS GOMES NALINI DE OLIVEIRA

douglas.gomes01@hotmail.com

1. Questão Agrária no Brasil e o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra

A Questão da Terra na América Latina, assim como no Brasil, remonta uma história de muita violência e resistência, tendo como aspecto unificador nestes diferentes países a expansão colonial europeia, em que a iniciativa mercantil associada a uma lógica dominadora, exportou boa parte dos ideais gananciosos e egoístas para o mundo. Poderíamos dedicar todo o trabalho a este levantamento histórico, e a descrição de alguns dos acontecimentos mais marcantes envolvendo a violência sofrida pelos nativos, ou o uso pernicioso da terra que se fez nos anos seguintes a república, com o uso intensivo de mão de obra escrava e a formação de uma sociedade extremamente desigual, fortemente marcada pelo acúmulo do poder e da conservação do *status quo* capitalista, amplamente amparado pelo Estado. Entretanto, destacaremos os aspectos mais recentes da nossa história, para melhor compreendermos o contexto em que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sempre tendo em vista este passado ainda latente no tecido da análise.

O debate acerca da utilização e ocupação da terra toma diferentes expressões de acordo com as propostas e os interesses defendidos, por isso a importância e a emergência de pensarmos os discursos sobre a “funcionalidade” da terra, tanto em seu sentido econômico, quanto político. Singer (1980) destaca que para uma análise séria do Campo é necessário um sólido referencial empírico, assim como um entendimento claro dos conceitos, de modo a interpretar o que os fatos realmente querem dizer, isso sobre um posicionamento geral em face à conjuntura da sociedade brasileira.

Segundo Soares (1976), grandes propriedades apresentam uma baixa produtividade por hectare cultivado, mais baixa que a média das pequenas propriedades, uma resposta parcial a este fenômeno seria a relação que se estabelece na utilização da terra.





Os pequenos proprietários necessitam cultivar intensamente seu pedaço de terra; não fazê-lo frequentemente significa não atingir o nível de subsistência. Já nas grandes propriedades, principalmente nas fazendas tradicionais, essa pressão não existe e a terra é mais um bem de inversão do que de produção, sendo também um fator de prestígio social e poder político. Assim, com frequência, terras adicionais são compradas sem um objetivo produtivo; o objetivo econômico mais frequente é a especulação imobiliária (SOARES, 1976, p.108).

Anteriormente à fundação do Movimento, remonta-se a história da concentração de terras desde o período das Capitâneas Hereditárias e a Lei de Terras de 1850. Podemos destacar ainda a importância das guerras de Canudos e Contestado, que já apresentavam como ditame a questão fundiária no país. A mecanização do trabalho representa o reflexo mais recente deste mesmo processo, e é fortemente estimulada pela implantação das Monoculturas vendidas em formas de commodities. Produz-se, neste movimento, um grande êxodo rural, que contribui para a expropriação do agricultor de seu meio de sobrevivência, que não implica simplesmente na perda de áreas cultiváveis, mas de toda a estrutura cultural com que lidavam, e os referenciais simbólicos sobre os quais operavam estes homens e mulheres.

O crescimento do capital investido na agricultura encontra na Ditadura Militar¹ brasileira abertura para intensificar o processo de concentração da renda, a partir da instauração da Política de Desenvolvimento Agropecuário. Neste contexto, surge novas formas de luta entre os movimentos sociais que já existem no campo. A criação do MST representa um novo processo de luta no país. Como coloca Oliveira (1996), o embate acontece para permanecer na terra, e não para deixá-la, visando uma estratégia que se preocupa em construir um *futuro* baseado na negação do presente.

Trata-se do caráter surpreendentemente novo e inédito deste Movimento. Ele está, naturalmente, em continuidade com a inspiração de Ajuricaba, de Zumbi, de Antônio Conselheiro, de Julião, mas produz algo próprio que o identifica de forma inconfundível no correr desta belíssima história nossa de conquista da terra. (STEDILE; FERNANDES, 2012, p.10)

A questão da ocupação da terra faz parte da história nacional, e poderia ser tratada como um patrimônio brasileiro, estes movimentos do século XX trazem como novidade ocupações massivas, e “inarredáveis”, que debatem também *novos modelos de produção*. Como aponta

¹ Um dos maiores períodos ditatoriais vividos na América Latina. Perdurou de 1964 até 1985 e teve como consequência diversas perdas sociais sob um discurso de progresso econômico.



Stedile: “Em todo caso, o que existe atualmente de reforma agrária no Brasil vem dessas ocupações” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p.11). Estes novos modelos de produção tratam-se de experiências concretas da divisão do trabalho, racionalmente associado à divisão da renda. Agrega o trabalho comunitário e cooperativista, a técnica e a cultura de cada região, estimulando também um maior envolvimento do meio *rururbano*².

Este grande movimento, formado não só por pequeno agricultores, mas também por posseiros, atingidos por barragens e meeiros, assim como o envolvimento de intelectuais que historicamente colaboram, completou em 2016, 32 anos. Tem como diretriz a repartição das terras entre trabalhadores do campo, que só poderia ser integralmente realizada com a Reforma Agrária. Outra demanda da organização, que nos parece interessante é uma visão de mundo preocupada com a *sustentabilidade*, a partir da produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos, além de uma posição contrária às políticas neoliberais compreendidas como o “agronegócio”, expressa sobre a lógica da *agroecologia*.

O objetivo é bem mais amplo e profundo do que a simples reforma agrária. Trata-se de conseguir a mudança radical e imediata das estruturas de iniquidade que estão gerando o empobrecimento e a exclusão da maioria do povo brasileiro. (STEDILE; FERNANDES, 2012, p.12)

Esta perspectiva reflete-se na educação, campo em que diversos setores do movimento lutam para conseguir certa autonomia tanto em relação à pedagogia, quanto as metodologias geralmente utilizadas. Nesta proposição de buscar alternativas em relação ao modelo hegemônico, o MST constrói experiências de organização do trabalho e da produção, procurando enfrentar o modo capitalista de produção, resistindo à exploração e a expropriação, buscando promover a supremacia alimentar, fortalecendo os vínculos de solidariedade. Por estes fatores, o *futuro* ascende como uma categoria essencial para compreendermos a mística do movimento. Um movimento que se propõe a trabalhar com diferentes realidades necessariamente lida com espaços multidimensionais, tanto em relação

² Conceito utilizado para distinguir-se da dicotomia, Rural/Urbano, frequentemente empregada em análises científicas.



à agricultura, forma predominante de renda na maioria dos assentamentos, quanto em relação às mentalidades e culturas dos sujeitos que compõem a organização.

Nos últimos anos o MST tem realizado ocupações em pelo menos 22 estados. No Centro-Sul do país, todavia, especialmente no Estado de São Paulo, o número de ocupações vem crescendo, intensificando os conflitos fundiários. O MST recoloca, dessa forma, a questão da reforma agrária e recupera o seu espaço, mais uma vez, no cenário político nacional. (FERNANDES, 1996, p.17)

Por envolver aspectos ambivalentes em relação à produção material da vida, como a relação entre expropriação e libertação, o *espaço*, em algumas realidades, é materializado por um processo social inerentemente contraditório, por isso surgem diferentes formas de articulação entre sociedade/espaço, numa relação dialética. É na luta que se forma a classe trabalhadora, são suas experiências que constroem as práticas sociais e que produzem as dimensões do espaço social e sua utilização. “Dessas experiências nascem o conhecimento, a consciência, a forma de organização e a resistência, enfim, a identidade de classe, desmistificando a aparência e transformando/conquistando uma nova realidade social.” (FERNANDES, 1996, p.25). Nesta perspectiva de produzir novos projetos, o MST permite a abertura para novas possibilidades e abordagens, que emergem de acordo com o momento histórico, a localidade, o conhecimento e as pessoas.

Esse resultado das práticas sociais das lutas populares, construídas na sua essência, em seu próprio tempo, ou seja, no tempo das experiências concretas – da práxis – durante o processo de luta e resistência. Produzir o seu próprio espaço significa necessariamente possuir um determinado controle sobre o seu tempo, pois o espaço e o tempo são as formas fundamentais, as condições básicas da existência humana. (FERNANDES, 1996, p.23)

Segundo Fernandes “este processo de construção/formação/elaboração é produto primeiro da ação comunicativa e se dimensiona como espaço de socialização política, na produção dos conhecimentos necessários³ para a transformação de suas realidades” (FERNANDES, 1996, p.21). Com o processo de mundialização da economia capitalista, surgem novos sujeitos sociais e novas articulações.

A Territorialização do MST abre a possibilidade para o renovar-se, e mais do que isso fortalece-o, finca alicerces, constrói as bases para continuar a luta. Abre possibilidades para

3 Grifos nossos.



edificar-se o território da liberdade e dos sonhos. Dos sonhos dos camponeses utopicamente reconstruídos na proletarização e na luta pela conquista da terra. (OLIVEIRA, 1996, p.11)

Como colocado anteriormente, a terra apresenta não somente o caráter de valor produtivo, mas em grande medida, conserva suas características de capital especulativo, que inviabiliza seu uso.

O capital monopolista procura desenvolver-se da renda da terra camponesa, transformando-a, metamorfoseando-a em capital. Nesse caso, o capital, os monopólios não se territorializam, mas monopolizam o território marcado pela produção camponesa. (OLIVEIRA, 1996, p.12)

O território, por sua vez é marcado por estas questões de classe e de disputa política, “é um espaço transformado pelo trabalho” (OLIVEIRA, 1996, p.13) e por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se na disputa por poder. Os conflitos fundiários são constantes em nosso país, portanto identificamos a forte presença dos movimentos sociais nos campos brasileiros, entre eles, o MST se destaca por sua amplitude e organização enquanto um movimento social da *classe trabalhadora*.

2. Expectativas Educacionais do MST: a proposta prática

A educação, produto e objeto desta análise, se relaciona a maneira como os sujeitos aprendem, ou seja, como desenvolvem suas potencialidades dentro de determinada prática social. É um processo de entrar em contato com o outro, com a natureza, o trabalho e os modos de vida, de maneira a modificar, ou reafirmar determinado comportamento. Diferentes práticas de ensino, envolvem diferentes saberes, culturas e expectativas. A educação do MST se preocupa com a vida em comunidade, sua base para o conhecimento do grupo, que envolve diferentes histórias e saberes tradicionais, e também sua conexão com o redor.

Nesta relação entre Homem e Natureza em que se desenvolvem as teias sociais de produção, a sociedade ocidental moderna inaugura um jeito muito peculiar de abordar a relação entre sociedade e natureza, compreendendo a segunda como um objeto, ou uma fonte de recursos. Esta leitura, produz implicações graves, sobretudo no que compreende a formação dos nossos jovens, ou mesmo dos nossos cientistas e pesquisadores, pois o ambiente é na verdade a unidade complexa de homem e natureza e essa visão que dicotomiza é parte do problema que precisa ser superado.





O capitalismo, como sistema mundo, produz uma desigualdade inigualável à qualquer outra forma de produção material encontrada na histórica, consome os recursos naturais de modo exponencial, muitas vezes sem se preocupar com o reaproveitamento, o a reciclagem de materiais, por estes motivos existem correntes da ecologia que diriam que o sistema capitalista se opõe à *vida*. Assim, a educação ambiental emerge como algo essencial para quem vislumbra um futuro em maior harmonia com as outras formas de vida no planeta, assim como uma proposta alternativa ao modelo hegemônico, que propõe não somente outra maneira de atuar sobre a natureza e seus produtos, mas também de observá-la e compreendê-la.

O Plano de Estudos selecionado nos ajuda a observar este fenômeno a partir da ótica dos assentados, mas para vislumbrarmos sua finalidade enquanto documento, este necessita ser compreendido como o:

[...] conjunto de decisões que fornece aos educadores elementos para definir a amplitude e profundidade dos conteúdos a serem ensinados, os objetivos tanto de caráter formativo como de ensino, as expectativas de desenvolvimento, as indicações das relações que tais conteúdos e objetivos têm com a vida cotidiana dos estudantes, bem como orientações metodológicas gerais que conduzam a uma organização da escola e do ensino com significado para os estudantes do campo. (LURCZAKI *et.al*, 2013, p.11)

Segundo o documento, a iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em seu estímulo educacional à jovens camponeses nasce como uma contraproposta ao modelo atual, ou seja, aqueles difundidos pelos meios institucionais convencionais. Sua crítica se baseiasobretudo ao forte distanciamento entre os conteúdos de ensino e à realidade objetiva, grande paradigma que é tema de estudo de pesquisadores em diferentes campos. Sobre esta perspectiva, instaurou-se um movimento de *artificialização* das escolas, que se caracteriza pela banalização dos conteúdos de ensino, representados por um baixo domínio de conhecimentos.

Neste sentido, procurou-se definir um conjunto de objetivos que possibilitem um leque de conexões, que possibilite a introdução de situações práticas, consideradas como poderosas articuladoras entre as várias disciplinas, atribuindo desta maneira uma natureza *interdisciplinar* entre os conteúdos trabalhados, as categorias de conhecimento e seus





procedimentos, considerando que “não se trata de uma reflexão sobre uma prática, mas da inserção da escola na prática social.” (LURCZAKI *et. al.*, 2013, p.12). Portanto, o plano, mais do que orientações metodológicas para o educador, pretende indicar uma nova forma de organização do trabalho escolar.

Em sua concepção de educação e as matrizes formativas para seu funcionamento, está inserido a contribuição na formação de um projeto educativo comprometido com a igualdade social e a participação plena de todas as pessoas, conforme suas necessidades e capacidades. Participação nos processos de decisão e de produção da vida, em todas as suas dimensões, no sentido de ajudar a formar seres humanos mais capazes e dispostos a assumir, como lutadores, a construção de novas relações sociais, a começar pelos assentamentos onde vivem. Buscar uma visão de mundo que valorize a iniciativa individual, multilateralmente desenvolvida e amparada pela apropriação de conhecimentos científicos relevantes e que permitam relacionar teoria, técnica e prática à seus hábitos sociais, valores de convivência e trabalho coletivo.

Esta concepção de educação se propõe a extrapolar as fronteiras da escola, procurando entrar dentro dela, de modo a permitir o entendimento do próprio Movimento, sua dinâmica de luta, seu trabalho, e participação política, também como experiências educativas, buscando na vida concreta o seu sentido verdadeiro. Desta maneira, ou a partir da Pedagogia do Movimento, poder-se-ia inspirar diferentes práticas educativas, pois:

Reafirma uma concepção de educação, de formação humana, que não é hegemônica na história do pensamento ou das teorias sobre educação, e que não está também na base de constituição da instituição escola: trata-se de uma concepção de base *histórica, materialista e dialética* para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma: a produção da existência e a produção ou formação do ser humano são inseparáveis (Marx). Não há formação da consciência fora da vivência das relações sociais e elas são históricas, como o são os objetivos formativos e todos os processos educativos. E não há desenvolvimento histórico (social e pessoal) sem contradições e as decisões tomadas para enfrentá-las. Por isso, não há como discutir um projeto educativo sem incluir a dimensão das relações sociais em que educandos e educadores se inserem para que aconteça a prática educativa. (LURCZAKI *et.al.*, 2013, p.14)

Pensar a educação sobre determinado meio, sua materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade, tendo como centro o *trabalho*, entendido como atividade humana





criadora, permite a defesa de matrizes como: *trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história*. A questão é, portanto, intencionalizar o planejamento, explicitar os objetivos, mas também se manter aberta aos imprevistos, aos intempestivos, buscando sempre relacionar as possibilidades do conhecimento e do trabalho.

A escola precisa estar vinculada à vida, à realidade atual, adequando níveis de complexidade crescente ao desenvolvimento intelectual das diferentes idades. É fundamental, sobre este ponto de vista, discutir as contradições, evitando a formação unilateral dos sujeitos, valorizando os processos coletivos de discussão. A premissa básica é que deve haver capacidade coletiva de análise da situação atual da escola, saber para onde se vai e com quais objetivos.

A superação das formas de trabalho alienadas acontece, transformando os sujeitos em humanos trabalhadores, conscientes de sua reflexividade e do produto de seu trabalho, estimulando formas de organização cada vez mais complexas e cooperativas. Assim, o ambiente educativo deverá ser organizado pelo princípio da atividade, e da relação entre teoria e prática, da inserção dos estudantes em diferentes formas de trabalho socialmente útil, buscando garantir o exercício real da organização coletiva do trabalho, em diferentes formas e crescente nível de exigência. Os estudantes devem desenvolver, ou se envolver em experiências que lhes permitam compreender o que são *práticas agroecológicas*.

A diretriz da escola é desenvolver nos jovens *posturas cotidianas intencionalizada*, pressionando as circunstâncias para que estas sejam diferentes, construindo a convicção de que nada é impossível de se mudar, por isso a importância de se conhecer cientificamente outros movimentos sociais e suas conquistas. A aprendizagem da hábitos e habilidades que permitam aos jovens trabalhar coletivamente e agir organizadamente no cumprimento das tarefas, favorecendo a participação ativa e o estímulo a formas cada vez mais coletivas de gestão, é o centro.

A cultura, considerada como a experiência humana de participação no trabalho, luta e organização coletiva se traduz no modo de vida ou em um jeito de ser humano (grupos e pessoas) que produz e reproduz conhecimentos, e que passa a ser herança compartilhada de



valores, objetos, saberes, ciências, artes e tecnologias, e que precisa ser observada sobre suas diferentes manifestações, favorecendo o cultivo da identidade de trabalhadores sem-terra, com o propósito de ajudar a guardar a raiz do movimento, sua memória coletiva, consciência histórica e simbologia, pensando a recriação de seus modos de vida camponês e seus modos de pensar a agricultura.

Segundo esta concepção de mundo, a dimensão educativa está no próprio movimento da realidade e da história, e por isso a necessidade de buscar alternativas para superar as contradições presentes. Para tanto é preciso exercitar a análise do movimento da realidade, primeiro como noções práticas e depois teóricas. Esta cumplicidade entre escola e vida é a base da nova forma escolar das escolas itinerantes, tendo em vista que: “Se o campo necessita dos mesmos conhecimentos que a escola urbana desenvolve, ela o faz segundo uma realidade social bastante diferenciada.” (LURCZAKI *et.al*, 2013, p.22)

A busca por organizações mais justas e democráticas, se estruturam sobre a base de uma boa formação, composta de conhecimentos aplicáveis e também autoestima, que se caracteriza como a energia para o fazer e acreditar nas realizações, estes objetivos procuram se inserir também no funcionamento político interno dos próprios espaços educativos, valorizando a tomada de decisão por parte dos estudantes e o cumprimento destas, criando mecanismos participativos que não ignoram a institucionalidade da escola, mas que busque alternativas aos problemas que necessitam intervenção.

Não bastam, aqui, mecanismos de cunho representativo nos quais os educandos são sempre representados de forma minoritária, como os conselhos escolares, por exemplo. Trata-se de permitir a condução de processos na escola com apoio e orientação dos educadores profissionais, mas processos que implicam responsabilização real pelo cumprimento de objetivos que afetam a vida de todos. (LURCZAKI *et.al*, 2013, p.24)

Neste projeto de horizontalização da escola, os estudantes precisam tomar decisões sobre o seguimento de seus estudos, claro com a orientação e o auxílio dos profissionais educadores, mas implicando processos que necessitam responsabilidade real pelo cumprimento de objetivos que afetam a todos. Estes mecanismos participativos, como a Comissão Executiva de Assembleia, organiza obrigatoriamente no começo e no final dos



semestres estes espaços de discussão incluindo toda a comunidade, atribuindo a este também outras possibilidades formativas, como o exercício da autonomia.

A proposta de uma nova educação pelo movimento, também reestrutura os tempos destinados a determinada finalidade durante o aprendizado. Estes são organizados como: Tempo Abertura, Trabalho, Leitura, Reflexão, Escrita, Cultura, Aula, Estudos, Oficina, Notícia, Estudo Independente Orientado, Tempo dos Núcleo Setoriais e Tempo dos Educadores, implicando uma série de “*atividades extraclasse*” que possibilitam uma maior percepção do mundo global e uma apropriação do espaço local. É importante destacar que a forma escolar proposta não está centrada no verbalismo da sala de aula, nem mesmo pode ser conduzida unicamente no interior dela, implica numa atualização periódica do inventários, identificação das fontes educativas no meio.

A forma selecionada para organizar os objetivos de conhecimento em cada fase recebe o nome de Complexos, e as disciplinas têm a flexibilidade para transitar dentro de cada complexo e entre os complexos, que começam a partir do sexto ano de escolarização do ensino fundamental. Estes momentos de aprendizagem representam uma problemática cujo entendimento a ser desvendado pelo estudante ativa sua curiosidade, fazendo uso dos conceitos, categorias e procedimentos das várias ciências e artes que são objeto de ensino em uma determinada série. “O complexo tem uma prática social real embutida em sua definição.” (LURCZAKI *et.al.*, 2013, p.31), assim estas “porções de realidade” procuram estar interconectadas, buscando uma correlação entre a aprendizagem e a vida, ou em outras palavras atribuindo sentido à relação teoria/prática.

3. Menção ao Projeto Agroecológico

Uma dimensão importante a ser levada em consideração, que representa em grande sentido a filosofia com a qual o MST opera é a Agroecologia, por isso mencioná-la, por estar intimamente relacionada ao trabalho e a relação que este estabelece com o mundo. Agroecologia, como destaca Pires e Blum (2016) representa uma perspectiva de integração, entre diferentes áreas do saber, e com diferentes abordagens metodológicas com perspectivas ao ambiente, considerando que:





[...] deve fazer a crítica ao pensamento científico convencional, revelando o etnocentrismo sociocultural das ciências sociais como construção histórica que centra sua pesquisa em uma proposta civilizatória única e excludente e, por outro lado, deve modificá-lo, resgatando, entre outras coisas, as práticas “campeãs e indígenas” que historicamente vem demonstrando formas alternativas e sustentáveis de organização socioprodutiva (PIRES E BLUM, 2016, p. 276 *apud* Sevilla Guzmán, 2011, p.12).

É de interesse dos assentamentos fortalecer este vínculo com a natureza, que implica também um fazer político e um pensamento que orienta a ação, uma práxis, disposta a estabelecer um fazer agroecológico.

Em meio a essa conjuntura, a concepção de cooperação no MST busca transcender a simples questão de produção ou mesmo de organização jurídica burocrática. Ela também deve potencializar uma formação política e ideológica necessária para que os assentados participem em lutas e reivindicações solidárias a outras categorias que não só as do trabalhador do campo (NOVAES, 2016, p.114).

As pesquisas científicas cada vez mais precisam estar atentas ao direcionamento das políticas públicas no que tange aos ambientes naturais ainda preservados, este projeto colabora por incluir na pauta reflexiva a questão ecológica e por considerar a peculiaridade da educação ambiental como elemento formativo de grande valor. O conhecimento produzido pode colaborar com a produção de alimentos realizada por parte dos assentamentos, por deter grande disponibilidade de informações sobre a vegetação e a formação florestal regional. Outra questão importante é o estímulo de parcerias entre instituições públicas, movimentos sociais e ações educativas na tentativa de promover a cidadania e um maior interesse pelo bem público, estimulando a cooperação e a produção de conhecimentos necessários para transformar positivamente nossas práticas sociais.

Considerações Finais

Iniciamos nossa pesquisa a partir dos questionamentos de Lévi-Strauss (2011), que sintetizam bem nossas inquietações e interesses e mostram a importância de aprender com os outros e buscar melhores maneiras de lidar com o mundo:

A civilização de tipo ocidental perdeu o modelo que dera a si mesma, já não ousa oferecer esse modelo as outras. Portanto, não convém olhar para outros lugares, alargar os quadros tradicionais em que se fecham nossas reflexões sobre a condição humana? Não devemos ai integrar experiências sociais mais variadas e mais diferentes das nossas, além dessas em cujo horizonte estreito por muito tempo nos confinamos? Posto que a civilização de tipo ocidental



não encontra mais em seu próprio fundo com o que se regenerar e tomar novo impulso, pode ela aprender alguma coisa sobre o homem em geral, e sobre si mesmo em particular, nessas sociedades humildes e por muito tempo desprezadas, que até época relativamente recente haviam escapado à sua influência? (LÉVI-STRAUSS, 2011, p.12)

A partir desses questionamentos, realizamos os apontamentos necessários para questionarmos o lugar da Cultura, em meio às discussões sobre o campo e os avanços do agronegócio, podemos afirmar, sobre a luz de Sahlins que: “A ‘cultura’ não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos” (SAHLINS, 1997, p.41). As diferentes formas de vida, quando observadas a partir da temática da inclusão e não da instrumentalização, podem servir de ferramenta para atacar os processos de dominação.

Para melhores abordagens, é necessário levarmos em conta que “em si mesma, a diferença cultural não tem nenhum valor. Tudo depende de quem a está tematizando, em relação a situação histórica mundial.” (SAHLINS, 1997, p.45). As ciências sociais, produzidas em um viés crítico, percebe que a cultura aparece, contemporaneamente, como uma antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retornar o controle sobre seu próprio destino.

A valorização de outros modos de estar na natureza, permite-nos questionar os mitos burgueses, “visto que as concepções dos filósofos iluministas eram inteiramente conscientes com a sensibilidade burguesa, a antropologia contra-iluminista se desenvolveu como uma crítica do individualismo radical – sobretudo com a negação de sua universalidade” (SAHLINS, 1997, p.47), estimulando solidariedades assentadas sobre outros meios. Estas várias formas de resistência cultural, marcam a iniciativa de incorporar o sistema mundial a uma ordem mais abrangente: seus próprios sistemas de mundo.

Para estarmos organizados de forma a questionar a supremacia racional ocidental, sobretudo implicada nas práticas de cultivo mencionadas e em sua difusão massiva pelos campos brasileiros, precisamos estar atentos a este paradoxal enriquecimento da cultura tradicional que acompanha a interação à economia global. “Mesmo sofrendo a alienação de





seu trabalho, eles mantiveram um sentido inalienado de sua própria atividade – construindo seu próprio ser com meios significativos que lhes pertenciam.” (SAHLINS, 1997, p.57).

A “cultura” assumiu uma variedade de novas configurações e conotações, podemos destacar a importância do MST nas lutas populares por acesso à terra no Brasil⁴, interessado não só em problematizar a supremacia alimentícia do país, mas também afirmar outros modelos de organização política e social, por meio dos assentamentos organizados a partir das Cooperativas e do Trabalho Associado.

O objetivo inicial deste trabalho era problematizar as práticas do capital agrário, a partir de um viés culturalista, e discutir o papel dos movimentos sociais na construção de novos paradigmas para pensarmos a educação. É preciso levar em consideração a dificuldade de se estabelecer um movimento organizado e contra hegemônico, sobretudo nas regiões rurais, mas também as diversas conquistas materiais do movimento como a criação de diversos assentamentos no interior paulista, ou mesmo teóricas a partir do desenvolvimento de materiais pedagógicos específicos para alunos do campo, ou com a criação e defesa das Escolas Itinerantes do Movimento, disposta a formar culturalmente, tanto prática quanto epistemologicamente, seus jovens.

⁴ Vale mencionar que, ainda hoje, o país não realizou sua Reforma Agrária estabelecida pela Constituição de 1988.



Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Formação e Territorialização em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

NOVAES, Henrique T., PIRES, João Henrique e SILVA, Douglas R. *Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueia o potencial educativo do trabalho associado*. In: *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. / Angelo Diogo Mazin, Henrique Novaes, João Henrique Pires [e] Joice Aparecida Lopes (organizadores). – 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

LURCZAKI, A. et. al. *Plano de estudos das escolas itinerantes do estado do Paraná*. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Prefácio. FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Formação e Territorialização em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PIRES, J. H. S.; BLUM, D. *Semeando Agroecologia*. NOVAES, Henrique T., PIRES, João Henrique e SILVA, Douglas R. *Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueia o potencial educativo do trabalho associado*. In: *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. / Angelo Diogo Mazin, Henrique Novaes, João Henrique Pires [e] Joice Aparecida Lopes (organizadores). – 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (partes I e II). *Mana*: 41 – 150. 1997.

SINGER. Prefácio. SANDRONI, Paulo. *Questão agrária e campesinato. A “funcionalidade” da pequena produção mercantil*. São Paulo: Livraria e editora Polis Ltda. 1980.

SOARES, Gláucio A. D. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. – 2º ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular. 2012.

